

# O dinheiro japonês

9 SET 1988  
GAZETA MERCANTIL

por Maria Clara R.M. do Prado  
de Tóquio  
(Continuação da 1ª página)

(Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) vem negocian- do com o governo brasileiro. Os recursos dos japoneses não seriam, aqui, libera- dos de uma só vez, mas em "tranches", dependen- do do ritmo das medidas adotadas pelo Brasil no rumo da liberalização do comércio externo. Como ex- plicou Tanaka, a OECF tem experiência nesse tipo específico de financiamento — conhecido pela sigla SAL (Structural Adjustment Loans) — em coordenação com o Banco Mundial, por meio de projetos contratados junto aos go- vernos de Bangladesh e do Sri-Lanka.

A OECF tem por objetivo emprestar diretamente a governos de países em de- senvolvimento com baixo nível de renda "per capita". Sua atuação, no Bra- sil, nessa modalidade de fi- nanciamento, foi muito tímida até aqui. Mas no passado desempenhou im- portante papel como finan- ciadora a empresas japo- nesas que se dispuseram a participar da elaboração de projetos industriais jun- to com o governo brasilei- ro. A nível desse tipo es- pecífico de empréstimo, o Brasil aparece no rol dos países atendidos pela OECF em segundo lugar — o primeiro é a Indonésia —, com uma fatia de 19% do total de recursos alocados pela instituição japonesa entre 1961 e 1986.

Através de investimentos em empresas japonesas, a OECF ajudou a financiar a Usiminas, em Minas Ge- rais, a Cenibra, um projeto

voltado para a produção de celulose e papel e, ainda, a produção de alumínio e de alumina no Norte do País. Da lista de dezenove proje- tos apresentada pelo go- verno brasileiro como preten- dentes aos recursos do fun- do de reciclagem do Japão, o financiamento à execu- ção da segunda fase da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) — a am- pliação da usina está esti- mada em US\$ 3 bilhões, mas o Brasil pediu US\$ 1,5 bilhão aos japoneses — é talvez o mais complicado de todos, dadas as implica- ções de participação acio- nária. A usina de Tubarão tem como sócios a Kawasaki Steel Co. e a italiana IL-VA.

De todo modo, a decisão de beneficiar o Brasil com financiamento do fundo de reciclagem não é tomada nem a nível da OECF, nem a nível do Eximbank do Ja- pão. Vários ministros de Estado são chamados a opinar — com peso signifi- cativo para o ministro das Relações Exteriores — e as opiniões, entre eles, sobre a oportunidade de colocar di- nheiro no Brasil não são ne- cessariamente unâmimes. O Brasil é, em princípio, um país sempre visto como de "grandes potencialida- des" mas existem proble- mas sérios hoje, como a alta taxa de inflação, o défi- cit do setor público, a falta de consistência na política econômica dos últimos três anos, além do quadro político, que assustam a to- dos. O governo japonês debruça-se justamente na discussão em torno desses pontos. O fundo de recicla- gem monta a cerca de US\$ 20 bilhões para alocação por intermédio do governo do Japão.

por Maria Clara R. M. do Prado  
de Tóquio

O governo japonês ainda não deu sua palavra final, mas existe junto ao "staff" técnico da Overseas Economic Cooperation Fund (OECF) uma forte expec- tativa de que pelo menos seis projetos apresentados pelo Brasil, como preten- dentes aos recursos do fun- do de reciclagem, têm chances de ser eleitos. A lista brasileira é extensa, envolve dezenove projetos no valor global de US\$ 5,5 bilhões, considerado no Ja- pão como um "enorme montante de pedidos".

Parece claro que muito difícilmente haverá finan- ciamento japonês para to- dos os dezenove projetos, mas sem dúvida existe dis- posição em contemplar al- guns dos pedidos apresentados pelo Brasil. "Nós es- tamos agora discutindo in- ternamente qual o montan- te de dinheiro e quais os

projetos que devem ser es- colhidos", explicou para este jornal o vice-diretor gerente do Departamento de Empréstimos III (que cuida justamente da Amé- rica do Sul, além da Amé- rica Central e África), Hideo Tanaka.

Dos seis projetos com maiores possibilidades de receberem financiamento do fundo de reciclagem ja- ponês, três estão ligados ao setor rural e encaixam-se perfeitamente nas carac- terísticas de empréstimos normalmente prestados pe- la OECF aos países em de- senvolvimento: um progra- ma de irrigação para o Nordeste, abrangendo vá-rios estados, um outro pro- jeto de irrigação para Mi- nhas Gerais e, ainda, um programa de eletrificação rural para o Estado de Goiás. Para os três, juntos, o Brasil está pedindo US\$ 450 milhões de finan- cimento.

"São projetos de longa

maturação que podem jus- tificar nossas condições mais suaves de empréstimos", disse Tanaka, referindo-se justamente às características de finan- cimento normalmente distri- buídas pela OECF, com prazos de pagamento que variam de trinta anos (nes- te caso, os juros são de 1,25% ao ano) até quinze anos (onde os juros sobem para 5,75% ao ano). Na ver- dade, o processo de seleção dos projetos brasileiros por parte do governo japonês ainda não chegou a definir que agência (se a OECF ou se o Eximbank) seria mais apropriada para funcionar como financiadora de cada um dos programas elegíveis.

Além dos três projetos li- gados ao setor agrícola, existem outros dois que, da lista de dezenove, intere- sam aos japoneses. Um deles envolve a ampliação de três terminais no porto de Santos — de contêineres, de fertilizantes e de grãos —, com o objetivo de facil- itar as exportações e para o qual o Brasil solicitou US\$ 160 milhões. Mais ambicio- so, mas também com chan- ces de ser indicado pelo go- verno japonês, consta da lista um projeto com finan- ciamento previsto em US\$ 500 milhões para a estação termelétrica de São Paulo. Além disso, existe um sex- to projeto com possibili- dade de ser premiado dentro do fundo de reciclagem ja- ponês. Trata-se de um fi- nanciamento para comer- cialização, que funcionaria como uma linha de crédito às importações, tendo co- mo justificativa dar supor- te às dificuldades do balan- co de pagamentos do Bra- sil.

Um total de US\$ 600 mi-

lhões está envolvido neste projeto de financiamento ao comércio, mas a partici- pação japonesa depende fundamentalmente do Ban- co Mundial, já que neste caso os recursos seriam alocados mediante co- financiamento, atrelados ao programa de ajusta- mento da política de co- mércio que o Banco Mun- dial

(Continua na página 22)

O Ministério das Finan- cias do Japão autorizou os bancos japoneses credores do Brasil a vender parte de seus créditos em títulos da dívida brasileira. Os ban- cos deverão negociar seus créditos com a JBA Invest- ment, uma empresa cons- tituída no ano passado pe- los próprios bancos japone- ses, cuja finalidade é per- mitir que as instituições se desfaçam gradualmente das dívidas com o Terceiro Mundo.

(Ver página 23)

# O dinheiro japonês

9 SET 1988  
GAZETA MERCANTIL

Dívida Externa  
Dívida Externa